

# Constituinte tem nova fórmula

## Chaves sugere que Sarney proponha e o Congresso convoque

OLAVO RUFINO



Arinos não quis revelar a forma que considera ideal para a convocação da Constituinte

# Arinos : O Executivo não é o mais indicado

O jurista Affonso Arinos de Melo Franco disse ontem, ao desembarcar no Aeroporto de Brasília, que apesar de ser tradição no Brasil a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte pelo Poder Executivo, esta não seria, no momento, a melhor forma de convocação. Não quis, no entanto, revelar a forma que considera mais adequada para o momento político atual, para a convocação da Constituinte a ser eleita em novembro de 86.

Evasivo, o jurista — que será um dos nomes a integrar a comissão de alto nível que deverá preparar

o esboço de uma nova Constituição a ser submetida à apreciação da Constituinte — limitou-se, em sua breve entrevista a argumentar que o assunto era polêmico e, portanto, não seria conveniente abordá-lo antes que as regras estivessem definidas.

Mesmo assim, Affonso Arinos admitiu ter tomado conhecimento de sugestões que vêm sendo feitas sobre o tema. Lembrou, a propósito, que o assessor especial do presidente José Sarney, Célio Borja, havia lançado a idéia do plebiscito (que, na realidade, não é nova — foi sugerida em ju-

nho do ano passado pelo deputado João Gilberto, PMDB-RS, ao então governador Tancredo Neves) na semana passada. Contudo, não quis opinar a respeito.

Considerando a existência de posições divergentes dentro e fora do Governo quanto à questão da Constituinte — forma de convocação e até mesmo a conveniência da instalação da comissão de alto nível —, Affonso Arinos garantiu que os nomes que integrarão a comissão encarregada de elaborar o esboço do anteprojeto de Constituição ainda não estão definidos. "Vim a Brasília também

com o objetivo de tratar da comissão", disse.

O jurista desembarcou no Aeroporto de Brasília às 11 horas de ontem, tendo sido recebido pelo governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, na Sala Vip. Os dois conversaram por alguns instantes e, em seguida saíram no carro do Governador para "dar uma volta pela cidade". Affonso Arinos revelou satisfação ao informar que iria à tarde ao Congresso Nacional, onde reencontraria seus antigos colegas, dentre os quais o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães.

O presidente da Comissão Interpartidária, senador Aloísio Chaves (PDS-PA), propôs ontem, da tribuna, uma fórmula para a convocação da Assembleia Nacional Constituinte: o Presidente da República, em mensagem que atenderia a uma grande aspiração nacional, levaria ao Congresso a idéia de convocação da Constituinte; e o Congresso, pela votação qualificada de dois terços, aprovaria resolução (ou emenda constitucional), fazendo a convocação com data marcada, número de membros da Assembleia Constituinte e outros disciplinamentos.

Aloísio Chaves argumenta que nem o Poder Legislativo, nem o Poder Executivo têm atribuições, pela atual Constituição, de convocar Assembleia Constituinte. Pelos precedentes históricos, todas as constituintes brasileiras derivaram de atos do poder Executivo, na vacância do poder Legislativo. Agora, segundo Chaves, o Congresso está em pleno funcionamento e, dia-a-dia, vai se reinvestindo das suas legítimas prerrogativas. Cabe a ele, portanto, encontrar a solução política, num ato de entendimento com o Executivo. E, a seu ver, a solução política seria a do ato de vontade do Executivo com a decisão do Legislativo, na forma da mensagem iniciadora e da emenda que seria aprovada pelo Congresso.

## Arinos busca explicações de Ulysses

"A Comissão Constituinte, que será criada pelo governo para elaborar um anteprojeto de Constituição, só poderá ser convocada quando as lideranças políticas definirem a forma de convocação da própria Assembleia Nacional Constituinte". A conclusão é do presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, que obteve ontem a aprovação do jurista Afonso Arinos, apontado como futuro presidente da Comissão.

Arinos esteve ontem no Congresso Nacional e conversou com Ulysses Guimarães e com José Fragelli, presidente do Senado Federal. Após curta reunião de confraternização a três, o jurista fez questão de ter com Ulysses uma conversa reservada. Quis esclarecer declarações feitas anteriormente pelo presidente da Câmara aos jornalistas: "Não tenho elementos para saber se o presidente José Sarney quer realmente convocar essa Comissão Constituinte", disseram Ulysses.

Habilmente, Ulysses contornou o mal estar. Disse a Afonso Arinos, seu velho amigo, que não é contra a criação da Comissão; considera apenas que as lideranças políticas devem definir antes a forma de convocação da Assembleia Nacional Constituinte. "Concordo perfeitamente com o Ulysses", disse Arinos.

Afonso Arinos disse não ter dúvidas sobre a convocação da Comissão que ficará presidida. Relatou inclusive um telefonema que recebeu de Tancredo Neves alguns dias após a sua eleição no Colégio Eleitoral.

— Ministro, quando pobre bate na casa de rico é sempre para pedir, introduziu Tancredo.

— Que é isso Presidente, estou sempre às suas ordens, incentivou Arinos.

— Eu queria que o senhor fosse presidente de uma Comissão Constitucional que pretendo criar para elaborar um anteprojeto que será submetido ao debate nacional, formalizou.

As dúvidas levantadas sobre a conveniência da elaboração de um anteprojeto de Constituição são consideradas por Afonso Arinos como normais. "Estamos num processo de transição e isso é perfeitamente explicável", disse.

Ele rebateu ironicamente crítica feita pelo presidente da OAB, Herman Assis Baeta, que considera a formação da Comissão "um ato autoritário". "É fácil ter resistência às coisas das quais não se participa. Até o fato de não participar induz a essa resistência", afirmou.

Afonso Arinos negou ter qualquer divergência com o ministro da Justiça, Fernando Lyra. Por outro lado, reafirmou que a Comissão Constituinte deve ficar subordinada à presidência da República e não ao ministério da Justiça. "A discussão será tão ampla que não poderia ficar subordinada a apenas um dos ministérios. Além disso, recebi um convite pessoal do presidente da República", justifica.

Embora o presidente José Sarney não tenha formalizado a criação da Comissão Constituinte, Arinos já colheu uma série de informações que deverão auxiliar no trabalho de elaboração do anteprojeto.

## É hora de resolver as controvérsias

RUY FABIANO  
Repórter Especial

O jurista Afonso Arinos decide hoje, em encontro com o presidente José Sarney, o destino da controversa Comissão Constitucional concebida pelo presidente Tancredo Neves para apresentar à futura Constituinte um anteprojeto de Constituição. Não são poucas as controvérsias. A primeira: Tancredo queria a comissão subordinada ao Ministério da Justiça, Sarney, não. Quer tê-la sob seu comando. Dizem que Arinos também não aceita intermediários. Só conversa com Sarney. Ele desmente isso categoricamente, mas seus amigos insistem na versão. O certo é que a comissão saiu da esfera de influência do ministro Fernando Lyra, que Arinos classifica de "um rapaz brilhante".

Outra controvérsia: como deveria ser composta a comissão. Há opiniões diversas, com um argumento comum: todos invocam Tancredo Neves para sustentar suas posições. Como ele, obviamente, não está em condições de testemunhar coisa alguma, o argumento é inútil. O litígio é simples: uns acham que a comissão deveria ser integrada apenas por juristas de notório saber; outros, que deveria abrigar representantes dos diversos segmentos da sociedade. Afonso Arinos está no primeiro caso; Fernando Lyra, no segundo. E

Sarney, naturalmente, em cima do muro.

A OAB, porém, é implacável: em ambos os casos, a comissão será uma farsa. Diz seu presidente nacional, Hermann Baeta: "Produzir anteprojetos é um meio de se tentar condicionar os futuros constituintes. Essa comissão será uma pré-Constituinte — só que bionica". A OAB sustenta posições surpreendentes em torno da Assembleia, todas destinadas ao fracasso. Quer que a Constituinte seja eleita já. E que elabore uma nova Constituição em seis meses. Os atuais membros do Congresso que quisessem participar da Assembleia renunciariam a seus atuais mandatos e se candidatariam. Pronta a Constituição, eles — segundo avaliação do presidente da OAB — teriam tempo de se candidatar ao futuro Congresso.

A OAB acha absurda a eleição de um Congresso-Constituinte. Julga que, assim, se estará gerando novos tempos de instabilidade política. E mais: que a Constituição que resultar dessa simbiose será "outorgada" e que "não vai durar". Essas posições constam de um documento do Conselho Pleno da entidade, a ser entregue, em breve, ao presidente José Sarney. Dificilmente, porém, terão receptividade. O líder do Go-

verno no Congresso, Fernando Henrique Cardoso, considerou recentemente desnecessário fazer duas eleições — para a Constituinte e para o Congresso —, ponderando que uma esvaziaria a outra.

Mas não param aí as confusões. A OAB acusa a Nova República de estar esvaziando deliberadamente a Constituinte. E considera os pactos mencionados por Sarney — o político e o social — como a evidência disso. "Pacto político ou social fora da Constituinte é um pacto de elites", diz o Dr. Hermann Baeta. Nesse diagnóstico, ele é discretamente acompanhado pelo presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, que jamais demonstrou entusiasmo pela iniciativa. Ela, aliás, nasceu desmoralizada, pois Sarney incumbiu justamente alguém que a ela se opõe — no caso, Ulysses — de viabilizá-la. Pôs de lado o ministro da Justiça. E o resultado é que ambos os pactos — o político e o social — não passam, até aqui, de um mero exercício de retórica.

A presença de Arinos em Brasília deflagrará o processo. Obrigará o Governo a definir os termos em que funcionará a malfadada comissão e iniciará o debate. Não em praça pública, como pede a OAB. Mas ao menos nos tapetes da Nova República.